

# FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808



FIDELIDADE

## SEGURO AUTOMÓVEL PROTEÇÃO AOS OCUPANTES

CONDIÇÃO ESPECIAL



## ÍNDICE

### CONDIÇÃO ESPECIAL

.03	Cláusula 1ª	Disposições Aplicáveis
.03	Cláusula 2ª	Definições
.03	Cláusula 3ª	Objeto e Âmbito da Garantia
.03	Cláusula 4ª	Exclusões
.04	Cláusula 5ª	Âmbito Territorial
.04	Cláusula 6ª	Obrigações do Tomador do Seguro e/ou Pessoa Segura e do Beneficiário
.04	Cláusula 7ª	Lesão, Doença ou Enfermidade Pré-Existente
.04	Cláusula 8ª	Valor Seguro
.04	Cláusula 9ª	Pagamento das Indemnizações
.05	Cláusula 10ª	Perda de Direito à Indemnização
.05	Cláusula 11ª	Beneficiários

**CLÁUSULA 1ª . DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Em tudo o que não contrarie o disposto na presente Condição Especial, aplicam-se as Condições Gerais do Seguro Automóvel Facultativo.

**CLÁUSULA 2ª . DEFINIÇÕES**

Para efeitos da presente Condição Especial, entende-se por:

**1. PESSOAS SEGURAS**

Pessoas cuja vida ou integridade física se segura e que para efeitos da presente Condição Especial são as seguintes, conforme a modalidade escolhida:

- a) O titular da carta ou licença de condução identificada nas Condições Particulares;
- b) O condutor do Veículo Seguro, identificado nas Condições Particulares;
- c) i. O cônjuge, ascendentes, descendentes ou adotados, do Tomador do Seguro, do titular da carta ou do condutor do veículo seguro;
- ii. Outros parentes ou afins, até ao 3º grau, do Tomador do Seguro, do titular da carta ou do condutor do veículo seguro, desde que em regime de coabitação ou que vivam a seu cargo;
- iii. Os representantes legais das pessoas coletivas e os sócios gerentes das sociedades seguras, quando no exercício das suas funções;
- iv. Os empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do Seguro, quando ao seu serviço;
- v. O Tomador do Seguro quando na qualidade de passageiro.
- d) O conjunto das pessoas referidas em a) e c) ou b) e c);
- e) Todas as pessoas transportadas a título gratuito no veículo seguro, incluindo o seu condutor.

**2. BENEFICIÁRIO**

A Pessoa singular ou coletiva a favor de quem reverte a prestação do Segurador decorrente da presente Condição Especial.

**3. INVALIDEZ PERMANENTE**

A situação de limitação funcional permanente sobrevinda em consequência das lesões produzidas por acidente garantido pela presente Condição Especial.

**4. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA**

A impossibilidade física e temporária, suscetível de constatação médica, de a Pessoa Segura exercer a sua atividade normal, sobrevinda em consequência das lesões produzidas por um acidente de viação.

**5. ACIDENTE DE VIAÇÃO**

O acontecimento súbito, fortuito e independente da vontade do Tomador do Seguro e da Pessoa Segura ocorrido em consequência exclusiva da circulação rodoviária do veículo seguro, quer este se encontre ou não em movimento, à entrada ou à saída do veículo seguro, bem como durante a participação ativa em trabalhos de pequena reparação ou desempanagem do veículo seguro no decurso de uma viagem.

**6. DESPESAS DE TRATAMENTO**

Despesas relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, assim como assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessários em consequência de acidente garantido pela presente Condição Especial, bem como despesas com transporte para a unidade de saúde mais próxima do local do acidente ou com a transferência para outra unidade de saúde mais adequada e ainda transporte, por meio clinicamente adequado, para tratamento ambulatorio.

**CLÁUSULA 3ª . OBJETO E ÂMBITO DA GARANTIA**

1. A presente Condição Especial garante o pagamento das indemnizações fixadas nas Condições Particulares que resultem de acidente de viação de que sejam vítimas as Pessoas Seguras e abrange as garantias contratadas pelo Tomador do Seguro de entre as que a seguir se discriminam:

- a) Morte (M);
- b) Invalidez Permanente (IP);
- c) Incapacidade Temporária Absoluta em caso de Internamento Hospitalar (ITA);

- d) Despesas de Tratamento e de Repatriamento (DTR);
- e) Despesas de Funeral (DF);
- f) Vestuário;
- g) Bagagens.

2. Os riscos de Morte, de Despesas de Funeral e de Invalidez Permanente só estão garantidos se verificados dentro do prazo de 2 anos após a ocorrência do acidente que lhes tiver dado causa. O risco de Incapacidade Temporária Absoluta em caso de Internamento Hospitalar só está garantido quando o internamento hospitalar ocorra dentro do prazo de 180 dias após a ocorrência do acidente que lhe tiver dado causa.
3. O risco de Morte e o de Invalidez Permanente não são cumuláveis, pelo que, ocorrendo um acidente de que resulte uma Invalidez Permanente e, posteriormente, no decurso dos 2 anos subsequentes ao acidente sobrevier a morte da Pessoa Segura, à indemnização por Morte será abatido o valor da indemnização eventualmente já paga ou atribuída a título de Invalidez Permanente.

**CLÁUSULA 4ª . EXCLUSÕES**

1. Para além das situações previstas na cláusula 5ª das Condições Gerais do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel e na cláusula 5ª das Condições Gerais do Seguro Automóvel Facultativo, ficam sempre excluídos:
  - a) Os acidentes resultantes direta ou indiretamente do não cumprimento deliberado, pelo titular da carta ou pelo condutor do veículo seguro, dos regulamentos de trânsito;
  - b) Os danos decorrentes de lesões ocorridas quando as Pessoas Seguras não utilizem capacetes de proteção adequados durante a condução ou transporte em motociclos, ciclomotores, triciclos, moto-quatro e velocípedes com motor auxiliar;
  - c) Os acidentes resultantes de negligência grave, ações delituosas ou atos dolosos, do Tomador do Seguro, das Pessoas Seguras, dos Beneficiários, ou de pessoas por quem as mesmas sejam civilmente responsáveis;
  - d) Os danos ocorridos quando a Pessoa Segura conduza com uma taxa de alcoolemia superior à legalmente admitida ou acuse consumo de estupefacientes ou de outras drogas ou produtos tóxicos ou esteja em estado de demência;
  - e) Os distúrbios subjacentes e psíquicos sem suporte orgânico, nomeadamente a alienação mental, salvo se esta ocorrer em consequência dum acidente coberto pela apólice;
  - f) Os resfriamentos, insolações e, em geral, quaisquer influências térmicas ou atmosféricas, a menos que as Pessoas Seguras tenham estado expostas a elas em consequência dum sinistro coberto;
  - g) As hérnias, qualquer que seja a sua natureza, bem como as roturas e distensões de músculos, tendões ou ligamentos, provenientes dum esforço anormal e súbito, a não ser quando tais esforços resultem dum acidente coberto;
  - h) Os acidentes resultantes da ocorrência de riscos nucleares;
  - i) Os danos provocados a pessoas que conduzam o veículo seguro em situação de roubo, furto ou furto de uso, ou quando nele sejam transportadas nesta situação, ainda que a não conheçam, ou quando o condutor do veículo seguro não esteja habilitado à sua condução;
  - j) Os danos provocados por quaisquer fenómenos da natureza quando não tiver sido efetivamente contratada a Condição Especial de "Fenómenos da Natureza";
  - l) Os danos provocados em consequência de ação de greves, tumultos, motins, alterações da ordem pública, atos de vandalismo e atos de terrorismo, bem como de atos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião destas ocorrências para salvaguarda de pessoas e bens, quando não tiver sido efetivamente contratada a Condição Especial de "Riscos Sociais e Políticos".
2. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, a presente Condição Especial também não garante os danos causados em consequência de:
  - a) Participação em treinos e competições de velocidade, rallies e todo-o-terreno;
  - b) Transporte em caixas de carga de veículos.

**CLÁUSULA 5ª . ÂMBITO TERRITORIAL**

As garantias abrangidas pela presente **Condição Especial** acompanharão o âmbito territorial contratado para o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel.

**CLÁUSULA 6ª . OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E/OU PESSOA SEGURA E DO BENEFICIÁRIO**

1. Verificando-se qualquer evento que faça funcionar as garantias deste contrato, o Tomador do Seguro, a Pessoa Segura e o Beneficiário, sob pena de responderem por perdas e danos, obrigam-se a:
  - a) Tomar todas as providências para evitar o agravamento dos danos decorrentes diretamente do acidente;
  - b) Promover o envio, até 8 dias após a Pessoa Segura ter sido clinicamente assistida, de uma declaração médica, donde conste a data do internamento hospitalar, a natureza e localização das lesões, o seu diagnóstico e os dias eventualmente previstos para o internamento, bem como a indicação da possível Invalidez Permanente;
  - c) Comunicar, até 8 dias após a sua verificação, a cura das lesões, promovendo o envio de declaração hospitalar, referindo a data do internamento e a data da alta, e de declaração médica, donde conste a percentagem de Invalidez Permanente eventualmente constatada;
  - d) Entregar, para o reembolso a que houver lugar, a documentação original e todos os documentos justificativos das despesas efetuadas e abrangidas pelo contrato.
2. Em caso de acidente, a Pessoa Segura fica obrigada a:
  - a) Cumprir todas as prescrições médicas;
  - b) Sujeitar-se a exame por médico designado pelo Segurador;
  - c) Autorizar os médicos que a assistiram a prestarem a médico designado pelo Segurador todas as informações solicitadas.
3. Se do acidente resultar a morte de qualquer Pessoa Segura deverão, em complemento da participação do acidente, ser enviados ao Segurador certificado de óbito (com indicação da causa da morte) e, quando considerados necessários, outros documentos elucidativos do acidente e das suas consequências.
4. No caso de comprovada impossibilidade do Tomador do Seguro cumprir qualquer das obrigações previstas neste contrato, transfere-se tal obrigação para quem a possa cumprir - Pessoa Segura ou herdeiro.
5. O incumprimento das obrigações acima referidas ou a falta de verdade nas informações prestadas ao Segurador, implicam para o responsável a obrigação de responder por perdas e danos. No caso de não cumprimento das obrigações referidas em 2. cessa a responsabilidade do Segurador.

**CLÁUSULA 7ª . LESÃO, DOENÇA OU ENFERMIDADE PRÉ-EXISTENTE**

Se as consequências de um acidente forem agravadas por lesão, doença ou enfermidade existente à data daquele, a responsabilidade do Segurador não poderá exceder a que teria se o acidente tivesse ocorrido a uma pessoa não portadora dessa lesão, doença ou enfermidade.

**CLÁUSULA 8ª . VALOR SEGURO**

1. Os valores seguros estão expressamente fixados nas Condições Particulares e são atribuídos por Pessoa Segura, até ao limite máximo de lotação consignado no Livrete ou Documento Único Automóvel de circulação do veículo seguro.
2. No caso de, no momento do acidente, o limite máximo de lotação autorizado para o veículo seguro ter sido ultrapassado, as indemnizações expressas nas Condições Particulares a liquidar a cada pessoa serão reduzidas através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{C \times L}{L1}$$

em que "C" representa o capital seguro por pessoa, "L" o limite máximo de lotação autorizado para o veículo seguro e "L1" a lotação efetiva desse mesmo veículo no momento do acidente de viação.

3. No caso de, no momento do acidente, ter sido ultrapassado o limite máximo de lotação autorizado para o veículo seguro, havendo menores de 14 anos entre os ocupantes, aplicar-se-á igualmente a fórmula prevista no n.º 3, considerando-se para efeitos de L1 cada menor como ocupando meio lugar.

**CLÁUSULA 9ª . PAGAMENTO DAS INDEMNIZAÇÕES****1. MORTE**

- a) Em caso de morte do titular da carta ou do condutor do veículo seguro o Segurador pagará o correspondente capital seguro aos beneficiários expressamente designados no contrato. Na falta dessa designação o pagamento será efetuado aos seus herdeiros;
- b) Em caso de morte de qualquer outra Pessoa Segura o Segurador pagará o correspondente capital seguro aos respetivos herdeiros;
- c) Para ocupantes de idade inferior a 14 anos, ou que por anomalia psíquica ou outra causa se mostrem incapazes de governar a sua pessoa à data do acidente, a indemnização por Morte está limitada ao pagamento das despesas efetuadas com a sua trasladação e funeral;
- d) Salvo indicação em contrário, expressa nas Condições Particulares para ocupantes com idade superior a 75 anos, a indemnização por Morte está limitada ao pagamento das despesas com a sua trasladação e funeral.

**2. INVALIDEZ PERMANENTE**

- a) Em caso de Invalidez Permanente de Pessoa Segura, o Segurador pagará a parte do correspondente capital determinada por aplicação das regras previstas na Tabela para Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil, podendo esse valor ser acrescido nos seguintes termos:
  - i. Quando a invalidez constatada for superior a 10 pontos e inferior ou igual a 50 pontos, a indemnização resultante da aplicação da Tabela será acrescida de 50%;
  - ii. Quando a invalidez constatada for superior a 50 pontos, a indemnização resultante da aplicação da Tabela será elevada para o dobro.
- b) O pagamento desta indemnização será feito à Pessoa Segura;
- c) As limitações funcionais permanentes de que a Pessoa Segura já era portadora, à data do acidente, serão tomados em consideração ao fixar-se o grau de desvalorização proveniente do acidente, que corresponderá à diferença entre a invalidez já existente e aquela que passou a existir;
- d) Em relação a um mesmo membro ou órgão, as desvalorizações acumuladas não podem exceder aquela que corresponderia à perda total desse membro ou órgão;
- e) Sempre que de um acidente resultem lesões em mais de um membro ou órgão, a indemnização total obtém-se somando o valor das indemnizações relativas a cada uma das lesões, sem que o total possa exceder o capital seguro.

**3. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA ABSOLUTA EM CASO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR**

- a) Em caso de Incapacidade Temporária Absoluta, que obrigue ao Internamento Hospitalar da Pessoa Segura e ocorrendo este nos 180 dias seguintes à data do acidente que lhe deu origem, o Segurador pagará o subsídio diário fixado nas Condições Particulares enquanto subsistir o internamento, sem prejuízo do disposto em b);
- b) Salvo convenção em contrário, o direito ao subsídio diário iniciar-se-á no quarto dia de internamento, tendo como duração máxima 60 dias, por sinistro e por período de vigência da apólice.

**4. DESPESAS DE TRATAMENTO E REPATRIAMENTO**

- a) O Segurador procederá ao reembolso, até ao limite fixado nas Condições Particulares, das despesas de tratamento e de repatriamento das Pessoas Seguras sinistradas em acidente de viação ocorrido no Estrangeiro, em transporte clinicamente aconselhado em face das lesões sofridas;
- b) Salvo convenção em contrário, as despesas de tratamento e as de repatriamento não são cumulativas, pelo que o capital indicado nas Condições Particulares corresponde ao limite máximo indemnizável, por pessoa e por sinistro, para o conjunto destas coberturas;

- c) O reembolso será feito a quem demonstrar ter suportado o respetivo custo, contra entrega de documentos comprovativos, e desde que a reclamação ocorra no decurso dos 90 dias subsequentes à data do acidente.

## 5. DESPESAS DE FUNERAL

O Segurador procederá ao reembolso, até ao limite para o efeito fixado nas Condições Particulares, das despesas de funeral - incluindo as de trasladação - das Pessoas Seguras sinistradas, a quem demonstrar ter suportado o respetivo custo, contra entrega de documentos comprovativos, desde que a morte ocorra no decurso dos 2 anos subsequentes ao acidente de viação, e desde que a reclamação ocorra no decurso dos 90 dias subsequentes à data da morte.

## 6. VESTUÁRIO

- a) O Segurador procederá ao reembolso da indemnização, até ao limite fixado nas Condições Particulares, das despesas necessárias para a limpeza, reparação ou substituição do vestuário das Pessoas Seguras danificado em consequência de um sinistro garantido.
- i. Salvo convenção em contrário, o valor a indemnizar ao abrigo desta cobertura será calculado com base no valor em novo dos bens, deduzido da depreciação inerente ao seu uso e estado;
- ii. Salvo convenção em contrário, o limite fixado nas Condições Particulares da apólice é por sinistro e por período de vigência.
- b) Esta garantia abrange ainda, até ao limite do valor seguro, as despesas de limpeza do interior do veículo e, eventualmente, de outros objetos, pertencentes a pessoas que, a título benévolo, tenham ajudado no salvamento e/ou transporte das Pessoas Seguras vitimadas por um acidente de viação;
- c) Os valores seguros pelas alíneas a) e b) desta garantia, não são cumuláveis.

## 7. BAGAGENS

- a) O Segurador procederá ao reembolso da indemnização, até ao limite fixado nas Condições Particulares, pela destruição, perda ou deterioração sofridas pela bagagem das Pessoas Seguras, quando estes prejuízos sejam consequência de um sinistro garantido.
- i. Para efeitos desta cobertura, entende-se por bagagem o conjunto dos objetos transportados com as Pessoas Seguras, nomeadamente vestuário e outros objetos de uso pessoal, jóias de qualquer natureza, aparelhos de TSF, máquinas fotográficas ou de filmar, e quaisquer outros objetos de natureza semelhante;
- ii. Salvo convenção em contrário, o valor a indemnizar ao abrigo desta cobertura será calculado com base no valor em novo dos bens, deduzido da depreciação inerente ao seu uso e estado;
- iii. Salvo convenção em contrário, o limite fixado nas Condições Particulares da apólice é por sinistro e por período de vigência.
- b) Em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador liquidar, o valor indicado nas Condições Particulares como franquia.

## 8. SUBROGAÇÃO

O Segurador fica subrogado em todos os direitos das Pessoas Seguras contra os responsáveis pelo acidente, até à concorrência das importâncias pagas.

## 9. COEXISTÊNCIA DE CONTRATOS

- a) O Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura ficam obrigados a participar ao Segurador a existência de outros seguros garantindo o mesmo risco, sob pena de responderem por perdas ou danos;
- b) O reembolso das despesas de tratamento, de repatriamento e de funeral, quando estejam garantidas por outros contratos de seguro, será efetuado nos termos previstos na lei;
- c) As indemnizações por Morte ou Invalidez Permanente são devidas e pagas independentemente das que o forem ao abrigo deste ou de outros contratos de seguro.

## CLÁUSULA 11ª . BENEFICIÁRIOS

1. A pessoa que designa o(s) Beneficiário(s) pode, a qualquer momento, revogar ou alterar a designação, sem prejuízo do disposto na lei e nos números seguintes.
2. A alteração do(s) Beneficiário(s) só será válida a partir do momento em que o Segurador tenha recebido a correspondente comunicação escrita, devendo tal alteração constar de Ata Adicional.
3. Não havendo no contrato designação de Beneficiário, será Beneficiário, em caso de vida, a própria Pessoa Segura e, em caso de morte, serão Beneficiários os herdeiros da Pessoa Segura.
4. O direito de alterar o(s) Beneficiário(s) cessa no momento em que este(s) adquira(m) o direito ao pagamento das importâncias seguras.
5. A cláusula beneficiária será considerada irrevogável sempre que exista aceitação do benefício por parte do Beneficiário ou renúncia expressa ao direito de a alterar.
6. A renúncia ao direito de alterar a cláusula beneficiária, bem como a aceitação do Beneficiário, deverão constar de documento escrito cuja validade depende da efetiva comunicação ao Segurador.
7. Sendo a cláusula beneficiária irrevogável, será necessário o acordo prévio do(s) Beneficiário(s) para a Pessoa Segura ou o Tomador do Seguro proceder ao exercício de qualquer direito ou faculdade de modificar as condições contratuais sempre que tal modificação tenha incidência sobre os direitos do(s) Beneficiário(s).
8. O direito pleno ao exercício das garantias contratuais será retomado pelo seu titular se o Beneficiário aceitante comunicar por escrito ao Segurador que deixou de ter interesse no benefício.

## CLÁUSULA 10ª . PERDA DE DIREITO À INDEMNIZAÇÃO

O Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura perdem direito à indemnização se:

- a) Agravarem, voluntária e intencionalmente, as consequências do sinistro;
- b) Usarem de fraude, simulação ou quaisquer outros meios dolosos, bem como de documentos falsos para justificarem a sua reclamação.